



FNP ASSINA TERMO DE COMPROMISSO DA NOVA PROPOSTA DE PED (NPP)

O Novo PED tem o objetivo de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias no orçamento mensal de grande parte dos participantes e oferecer sustentabilidade ao PPSP-R e ao PPSP-NR, o Novo PED abrange os déficits de 2015 e 2018, além de incorporar o resultado de 2019.

Leia mais na página 2



Aprenda o passo a passo e instale agora o app do Sindicato em seu celular!

pág. 12

Campanha de venda de botijão de gás a preço justo fura bloqueio da imprensa

pág. 3

Agende já sua declaração de Imposto de Renda na sede e subsede do Sindipetro

pág. 8

União da categoria é um importante instrumento para barrar a privatização da Petrobrás e retirada de direitos

pág. 9

Maior greve petroleira desde 95 obriga Petrobrás a recuar em mediação no Tribunal Superior do Trabalho

Foram 20 dias de greve nacional petroleira. Desses, praticamente 19 dias de silêncio da grande mídia sobre o assunto. Um silêncio ensurdecedor, frente a uma massa de mais de 20 mil trabalhadores, mobilizada em 121 unidades, entre elas 58 plataformas, 24 terminais e todo o parque de refino da empresa.

Somente o Tribunal Superior do Trabalho (TST), na figura do ministro Ives Gandra, deu atenção quase que em tempo integral a cada passo que os grevistas davam. A determinação inicial do TST de que a greve deveria se limitar a 10% dos trabalhadores do Sistema Petrobrás não foi aceita pela categoria. Nas bases do Litoral Paulista, sem que houvesse necessidade de piquetes, os ônibus do turno chegavam vazios. Nos atos unificados realizados em Píloes, Alemoa, RPBC e Valongo, os petroleiros em greve estavam lá, mostrando união e chamando os que não aderiram ao movimento a se somar.

Mesmo com o silêncio da mídia, vozes da sociedade alçaram os petroleiros à condição de heróis, exemplo a ser seguido: “Lute como um

petroleiro”, diziam um meme; outro mostrava um homem num bloco de carnaval, vestindo um blusão laranja, dizendo que estava fantasiado de homem invisível. E assim foram dezenas de outros.

Em resposta às crescentes demonstrações de união de uma categoria que se negou a aceitar a demissão de mil pais e mães de família da Ansa/Fafen-PR, o TST declarou a greve ilegal, bloqueou contas dos sindicatos e aplicou multas de até R\$ 500 mil por dia parado.

No dia 19 de fevereiro, com caravanas de petroleiros saindo de todas as partes do Brasil, um mar laranja (sem nenhuma referência ao laranjal da família Bolsonaro), com mais de 15 mil petroleiros, tomou as ruas do Rio de Janeiro, terminando em um grande ato na Lapa.

No mesmo dia, uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT), entre o Sindiquímica Paraná e Petrobrás determinou a suspensão das demissões na Fafen até 6 de março e posteriormente o anúncio de mediação pelo TST, aceito pela empresa, levou a categoria a decidir no dia seguinte (20) pela suspensão da greve.



Vitória do movimento petroleiro!

Um movimento que já começou grande, com ocupação do prédio administrativo no Rio de Janeiro por dirigentes sindicais e na Fafen-PR, pelos trabalhadores e que ganhou a simpatia da população com a campanha do gás a preço justo, ao levar o debate contra o preço dos combustíveis em paridade com o mercado internacional, não poderia acabar mal para o trabalhador.

Como resultado de uma greve justa, dentro da lei, em duas audiências no TST, nos dias 21 e 27 de fevereiro, sob a mediação do ministro Ives Gandra, a Petrobrás teve que recuar do assédio que vinha praticando, enviando ameaças aos trabalhadores para que retornassem ao trabalho, e se comprometeu a cancelar

as punições aos grevistas.

Os dias parados da greve serão metade descontados e a outra metade compensados com o banco de horas. Os valores a mais, descontados pela empresa, serão devolvidos, pagos em folha suplementar no dia 6 de março. Porém, mesmo com a tentativa dos sindicatos de negociar os dias de greve, tanto Petrobrás quanto ministro manteve a decisão de que os descontos dos dias parados seguem com todos os reflexos, inclusive em férias.

As contas dos sindicatos foram desbloqueadas. O repasse das mensalidades dos trabalhadores da ativa aos sindicatos, que foi confiscado, ficará para pagamento de multa.

Campanha de venda de botijão de gás a preço justo fura bloqueio da imprensa

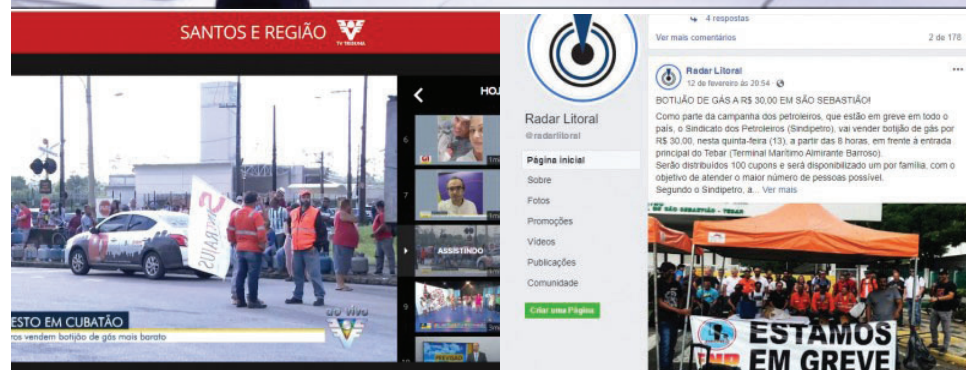
A venda de botijão de gás mais barato, realizada pelo Sindipetro-LP em São Sebastião, Caraguatatuba, Santos e Cubatão repercutiu nos meios de comunicação da região ajudando a furar, parcialmente, o bloqueio da grande imprensa à greve petroleira. A primeira ação do Sindicato, que aconteceu na manhã do dia 13 no Tebar, em São Sebastião, foi anunciada algumas horas antes no Facebook pela página do Radar Litoral, Portal de Notícias do Litoral Paulista. Em poucos minutos viralizou, rendendo 870 curtidas, 424 comentários e 592 compartilhamentos.

A ação em Santos não foi diferente. Durante a venda e no dia seguinte, foi matéria de capa dos jornais "A Tribuna" e Diário do Litoral nas edições do dia 14 de fevereiro. Uma das postagens no Facebook do jornal "A Tribuna" contabilizou 3.600 curtidas, 1.900 compartilhamentos e 1.400 comentários. Já na rede social do jornal Diário do Litoral, na publicação da reportagem "Em greve, petroleiros de Santos venderão botijão de gás a

R\$ 32 nesta quinta, veja onde", houve 1.400 curtidas, 306 comentários e 1 mil compartilhamentos. Os números foram obtidos de maneira orgânica, ou seja, sem impulsionamento.

Nas emissoras de tevê aberta, a venda do GLP de cozinha na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, também no dia 14, foi destaque. O jornal Bom Dia Região, e o Jornal da Tribuna 1º Edição, da TV Tribuna, o Bom Dia São Paulo, noticiário da TV Globo que é veiculado no Estado de São Paulo, também divulgou a campanha. O mesmo se repetiu em Caraguatatuba. Na véspera, a página Nova Imprensa divulgou a venda de gás, que foi compartilhada 155 vezes. A Rádio Oceânica também fez a divulgação do evento marcado para começar às 14h, mas às 11h algumas pessoas já aguardavam a distribuição dos vale gás.

A repercussão positiva da iniciativa, levando à sociedade a luta da categoria em curso, não se restringiu ao Litoral Paulista. Realizada nacionalmente por diversos sin-



cozinha a preço justo repercutiu nos principais telejornais e jornais impressos das cidades e regiões atingidas pela ação. Os números e as notícias comprovam que atingimos um dos

para a população que a greve dos petroleiros foi legítima e que há sim a possibilidade de termos gás de cozinha e combustíveis a preços justos.

EXPEDIENTE

Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP - Telefax (13) 32021100 - Sub-sede: Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP - Tel.: (12) 3892 1484 - Delegacia Sindical: Av. Rio Branco, 1.155, sala nº 4, Indaiá, Caraguatatuba - SP - Coord. Geral de Imprensa: Fábio Mello - Textos: Silvio Muniz e Leandro Olimpio e Carolina Mesquita - Edição: Silvio Minuiz e Leandro Olimpio - Diagramação: Carolina Mesquita - Contatos (13) 99137.8145 / 3202 1104 - E-mail: imprensa@sindipetrosantos.com.br - www.sindipetro.org.br - Impressão: Diário do Litoral - Tiragem: 2500 exemplares



Informações e Considerações sobre o Novo Plano de Equacionamento de Déficit (PED) do PPSP

A Petros está divulgando a todos participantes e assistidos do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP) que o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou por unanimidade o novo Plano de Equacionamento dos Déficits Técnicos de 2015 e 2018.

Depois de quase três anos de lutas, conseguimos modificar a forma do equacionamento do Plano, permitindo assim que o PPSP voltasse a ser viável e também tornando menos gravosas as condições em que todos nós, participantes e assistidos estávamos vi-

vendo desde 2017, quando o ex-presidente da Fundação, Sr. Walter Mendes fez aprovar o PED 2015, conhecido como PED assassino.

Essa importante vitória só foi possível a partir de debates técnicos que envolveu as entidades representativas dos

participantes e assistidos do plano, tanto dos petroleiros como dos marítimos, no Grupo de Trabalho (GT) da Petrobrás e no Fórum em Defesa da Petros.

Entre as principais questões que essa decisão é composta, destacamos as seguintes:

Foi implementada a Cisão entre os Grupos Pré-70 e Não-Pré-70

Ao longo de anos, a metodologia adotada pela Petros para a gestão do Grupo Pré-70 veio se conformando como um dreno dos recursos financeiros e da liquidez do PPSP. Apesar de que em mais de uma oportunidade houvesse sido firmado contratos com as Patrocinadoras para que os compromissos com os Pré-70 permanecessem sob a responsabilidade dessas, o fato é que o Grupo de Não-Pré-70 continuou ao longo dos anos sendo o fornecedor dos recursos financeiros para garantia da liquidez e dos pagamentos do Grupo Pré-70. A situação chegou ao limite quando no equacionamento do PPSP (PED 2015) uma parte significativa dos recursos financeiros do Grupo Pré-70 ficaram sendo financiados pelo Grupo Não-Pré-70 onerando muito o equacionamento desse segundo grupo, que viram comprometidos 35 a 40% dos seus benefícios mensais. Vimos denunciado essa situação, que era acarretada por uma metodologia incorreta adotada pela Petros para determinar o patrimônio do

Grupo Pré-70.

Com a correção da metodologia, passando a ser utilizada a cota-parte do PPSP determinada pelo Termo de Transação Judicial (TTJ) e não mais somente os títulos públicos que eram parte do contrato da dívida (Termo de Compromisso Financeiro – TCF) dos Pré-70 para com o Plano, quase R\$ 4 bilhões dos recursos financeiros dos Não-Pré-70 retornaram a ser contabilizados corretamente, ajudando no equilíbrio do déficit do Plano.

Para isso foi necessário serem criados mais dois planos (PPSP-Pré-70-NR e PPSP-Pré-70-R), cujo equilíbrio atuarial até 2028 é da responsabilidade da Patrocinadora. Além disso, as possíveis contingências judiciais que porventura existirem nesses planos até 22/10/2028 permanecerão da responsabilidade das patrocinadoras após essa data.

Assim, se forem corretamente conduzidos pela Petros, tanto na conformação da carteira de ativos dos planos PPSP-Pré-70-NR e PPSP-Pré-70-R, quanto no

cálculo correto do passivo atuarial desses planos, sem que se utilize quaisquer subterfúgios para se desincumbir as patrocinadoras mais uma vez, o equilíbrio técnico desses planos deve ser garantido de forma perene, sem surpresas.

Ao mesmo tempo, a situação de equilíbrio técnico dos planos PPSP-Pré-70-NR e PPSP-Pré-70-R, não deverá provocar mais desequilíbrios técnicos dos planos PPSP-NR e PPSP-R.

Apesar de muitos participantes e assistidos ficarem temerosos com essa cisão, o fato é que nem toda cisão é prejudicial aos participantes de um plano, como é especificamente o caso dessa. Infelizmente, pela postura que as Patrocinadoras e a própria Petros vieram mantendo ao longo de anos, essa medida foi a forma de desagrar a situação do Grupo Não-Pré-70, sem prejudicar o Grupo Pré-70, e transferindo a responsabilidade do equilíbrio técnico do Grupo Pré-70 de volta para as patrocinadoras. Consideramos essa uma importante vitória de nossa luta.

Houve redução das metas atuariais, de 4,43% para o PPSP-R e de 4,37% para PPSP-NR

A taxa atuarial representa a rentabilidade mínima necessária que o patrimônio do plano deve atingir para garantia do pagamento de todos os benefícios concedidos e a conceder previstos.

Quanto menor a taxa atuarial, menor a possibilidade de que novos déficits técnicos irão se formar no futuro. Por isso, mesmo que o patrimônio possua ativos que rentabilizem bem, deve ser uma obstinação do gestor a redução da taxa

atuarial.

Com a queda da taxa Selic a 4,25%, cresceu a necessidade de irmos em direção ao risco para atingirmos a rentabilidade necessária para o pagamento de benefícios dos planos (meta atuarial). Com menores percentuais de taxa atuarial, podemos tomar menos riscos. Para atingir esses patamares foi decisiva a rentabilidade excelente dos planos administrados pela Petros no exercício 2019.

A taxa atuarial do PPSP pra-

ticada em dezembro de 2019 era de 5,27% e 5,33% e o Conselho Deliberativo da Petros aprovou a redução das metas atuariais dos planos PPSP-R e PPSP-NR para 4,43% e 4,37%, respectivamente. Foi uma queda de 0,8 a 0,9%, quase um por cento!

Com isso, a Petros terá nos dois planos algumas das menores taxas atuariais do país, mitigando, com isso, a possibilidade de novos déficits técnicos.

Simulador

Solicitamos que fosse disponibilizado um simulador no site, mas para o cálculo é só pegar o salário de participação (ativos) ou o benefício Petros (assistidos) e multiplicar pela alíquota.

A Petros está disponibilizando através do link <https://novoped.petros.com.br/#home> todas as informações necessárias para os participantes saberem quanto irão contribuir normal e extraordinariamente.

As novas alíquotas de contribuição extraordinária ficaram menores do que as estimadas anteriormente nos estudos apresentados pela Petros

PLANO	ASSISTIDO		ATIVO	
	NEGOCIADA	APROVADA	NEGOCIADA	APROVADA
PPSP-R	13,70%	12,05%	11,21%	10,56%
PPSP-NR	14,57%	13,59%	12,81%	12,00%

Uma das características do PED 2015 era as alíquotas progressivas que oneravam excessivamente os maiores benefícios, comprometendo cerca de 40 a 45% da renda desses participantes. Desde antes da aprovação do PED 2015 vimos argumentando que a adoção das alíquotas progressivas, se permitiam contribuições extraordinárias menores aos participantes que percebem os benefícios mais baixos que a Petros pra-

tica, por outro lado, estavam onerando demasiadamente os participantes assistidos que percebem os maiores benefícios. Em curto prazo, a se manter essa metodologia, a Petros estava tornando inviável a permanência desses participantes no PPSP.

A metodologia de alíquota única não faz com que os participantes com menores benefícios paguem mais, nem proporcionalmente nem de forma direta, do que os demais par-

ticipantes. Essa percepção não é correta. O aumento das contribuições extraordinárias se dá pelo equacionamento não somente de um déficit técnico (relativo ao exercício de 2015), mas de dois (exercícios de 2015 e 2018). Ainda assim, os percentuais serão menores proporcionalmente para todos em função da redução de obrigações futuras com o abono anual e o pecúlio pós morte.

A adoção da alíquota única apenas corrige uma situação

de inviabilidade técnica da manutenção desses participantes assistidos com maiores benefícios no plano, visto que estavam sendo onerados excessivamente no PED 2015.

Importante destacar que o CD da Petros aprovou de forma unânime uma determinação à Fundação de estudos para redução das contribuições extraordinárias, buscando minimizar os impactos, em especial para os menores benefícios.

Considerações importantes sobre a luta pelo novo PED

Nesse momento gostaria de compartilhar com vocês algumas considerações sobre essa luta. No início do ano passado, o ex-presidente da Petros, Daniel Lima, fez uma apresentação no Conselho Deliberativo que, ressaltando os diversos avanços que ele entendia estarem ocorrendo na Petros, ao final, considerava que, em se tratando do PPSP, nós éramos os “passageiros da agonia”.

Não tive nem tempo de contestar seu diagnóstico, pois ao final da apresentação o mesmo apresentou sua carta de denúncia irrevogável. Com aquele diagnóstico, com certeza, eu não teria motivos para não aceitar a irrevogável demissão do então presidente. Eu acreditava no PPSP. Ele não.

Passado todo esse tempo frenético que temos vivido, com a luta dos participantes contra o PED 2015, a constituição do Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, a participação no GT da Petrobrás, finalmente, há menos de seis meses a Petros contratou um novo presidente que decidiu não ser o “coveiro do PPSP”.

O resultado é um PED viável, com a cobrança de algumas das dívidas das patrocinadoras com o Plano, coragem para enfrentar o problema de solvência que o Grupo dos Pré-

70 trazia para o plano e vontade de construir uma alternativa em conjunto com as entidades representativas. Deixamos de ser os “passageiros da agonia” para sermos os “senhores do nosso destino”.

A imagem do avião flutuando no rio Hudson, do filme com Tom Hanks, retratando o acidente aéreo real ocorrido há alguns anos nos EUA, se mostrou aplicável, de fato, somente para quem tem coragem e boa técnica para enfrentar os problemas concretos que exigem soluções concretas e efetivas. Não é uma imagem que reflete covardia ou um naufrágio, mas sim determinação e perícia técnica para enfrentar os problemas graves como os que estamos encarando.

Nosso plano é viável, como as entidades representativas dos participantes defenderam por dois longos anos no GT da Petrobrás. Por força de nossa união e determinação, conseguimos ser ouvidos e atendidos para uma alteração significativa no PPSP que poderá nos garantir o compromisso histórico da nossa previdência complementar.

Esse texto tem o objetivo de prestar contas da tarefa que consumiu os últimos três anos de minhas atividades no Conselho Deliberativo da Petros. Foi fundamental a dedicação

do corpo técnico da Petros e também a postura dos conselheiros deliberativos da Fundação que estiveram incumbidos dessa decisão final.

Nesse momento, quero agradecer a confiança das entidades representativas dos participantes e assistidos da Petros, em especial a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), além da FUP, FENASPE e FNTTAA, e suas entidades associadas, que estiveram juntas, contando também com os grupos de opinião, todos a serviço desse projeto de salvar o PPSP. Agradecer à militância que se reuniu nos últimos anos para defender a Petros e o nosso Plano.

Nossa luta continua para a cobrança das possíveis dívidas das patrocinadoras, o ressarcimento das perdas com investimentos e por uma gestão transparente do nosso fundo de pensão.

A Força da nossa União

A nossa união e luta, nesse aspecto, proporcionou essa importante vitória. A construção do Fórum em Defesa dos Participantes da Petros e a participação em sincronia das entidades representativas no GT da Petrobrás foram determinantes para essa vitória acontecer.

Mesmo com divergências, naturais quando se trata de um assunto tão complexo como o que vimos tratando, o Fórum tem sido um polo de aglutinação de todos os grupos e entidades que estão tratando o assunto Petros com regularidade e responsabilidade.

Mas a luta continua para que possamos ter o ressarcimento das perdas e um controle da gestão que nos permita mais transparência da Petros. Essa luta é fundamental para que possamos ficar de olho no que é nosso!

A tramitação vai demorar ainda

O PED aprovado substituirá o atual, em vigor, e agora deve passar pela Petrobras, Sest e Previc, e não deverá ser implantado antes do “de acordo” de todos. A expectativa é que isto ocorra em abril desse ano.

Enquanto isso, os novos

regulamentos ficarão por 30 dias acessíveis no site da Petros para todos conhecerem.

A previsão inicial era de que o PED fosse implantado em abril de 2020, podendo ainda acontecer, ou ainda ser refletido em maio. Vamos acompanhar.

FAÇA SUA ESCOLHA

Diretoria da Petros aprova parcelamento para quem ficou sem pagar PED2015 por decisão judicial

Conforme acordado com as entidades representativas dos participantes, a Diretoria Executiva da Petros aprovou o parcelamento da cobrança do PED-2015 para aqueles que, entre 2018 e 2019, ficaram sem pagar as contribuições extras devido a decisões judiciais. A opção pelo parcelamento ficará disponível junto com a implantação do Novo PED, o que deverá ocorrer após a aprovação de patrocinadoras, Sest e Previc.

Para minimizar o impacto da cobrança, os participantes poderão escolher como quitar o valor em aberto:

parcelamento pelo período correspondente à expectativa de vida, parcelamento pelo número de meses em que não foi feita a contribuição extra multiplicado por até dez vezes ou à vista. Assim que aprovado o Novo PED, será disponibilizado um simulador no Portal

Petros para que os participantes possam verificar cada uma das opções de parcelamento do PED-2015 e fazer a sua escolha. É importante destacar que a Fundação está oferecendo mais opções de parcelamento do que o acordado com as entidades.

A opção padrão será pela expectativa de vida, que é o prazo máximo permitido para o parcelamento. Assim, quem não se manifestar sobre a forma de pagamento terá a dívida automaticamente parcelada pelo prazo máximo possível, ou seja, o número de meses calculado pela Petros como expectativa de vida do participante.

O parcelamento terá prestações fixas com valor mínimo de R\$ 50 mensais e incluirá um valor que vai para um fundo de quitação por morte. O fundo funciona como um seguro, para garantir que não haja prejuízo

para o plano nem para os participantes que pagaram o PED-2015 sem interrupções.

O objetivo do parcelamento é permitir que quem deixou de pagar possa escolher como prefere fazer, reduzindo o impacto deste custo sobre seu orçamento mensal. Também possibilita que todos os que não pagaram ajustem suas contas com o plano, além de não prejudicar quem sempre pagou o PED-2015.

Para saber mais sobre as formas de parcelamento, acesse o site petros.com.br

Fonte: Petros

27 DE FEVEREIRO

Federação Nacional dos Petroleiros assina termo de compromisso da nova proposta de PED (NPP)

Representantes da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos, que representam os participantes do PPSP-R e do PPSP-NR, estiveram presentes no último dia 27 de fevereiro, na sede da Petros, para assinar um termo de compromisso sobre os principais itens relacionados à implementação

do Novo PED, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros.

O termo simboliza o esforço realizado por participantes, associações e entidades no sentido de encontrar uma solução para o déficit dos PPSPs. Nesse sentido, o documento lista as medidas acordadas no GT Paritário,

bem como efetua o compromisso de não judicialização.

O Novo PED tem o objetivo de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias no orçamento mensal de grande parte dos participantes e oferecer sustentabilidade ao PPSP-R e ao PPSP-NR, o Novo PED abrange os déficits de 2015

e 2018, além de incorporar o resultado de 2019. O processo depende agora de aprovação das instâncias de governança dos patrocinadores; da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão supervisor da Petrobras; e da Previc, que fiscaliza o setor.

Com informações da Petros.

ATÉ 30 DE ABRIL

Agende já sua declaração de Imposto de Renda na sede e subsede do Sindipetro-LP

Os associados do Sindipetro-LP tem até o próximo dia 30 de abril (quinta-feira) para fazer a declaração de Imposto de Renda na sede e subsede do Sindicato. A novidade desse ano é que o agendamento pode ser feito pelo aplicativo Sindipetro LP que pode ser obtido no Play Store ou na Apple Store .

O horário de atendimento na sede, em Santos, é de segunda a quinta-feira das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30 e às sextas-feiras das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30. É importante lembrar que o agendamento para ser atendido também pode ser feito na recepção ou através do telefone (13) 3202.1100. Importante observar que o prazo para entregar sua declaração é até o dia 30 de abril.

Já os companheiros de São

Sebastião e Caraguatatuba podem fazer a declaração na subsede. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 9h às 12h. O agendamento também pode ser feito na subsede presencialmente ou através dos telefones (12) 3892.1484 - 3892.5155.

Vale lembrar, que a declaração poderá ser feita somente para associados e cônjuge.

O declarante deve ter em mãos informes de rendimentos dos bancos, informe de rendimentos emitido pela empresa (Petros e INSS para aposentados), a última declaração do IRPF e caso tenha realizado transações de imóveis – compra ou venda – em 2019, deve trazer um comprovante. Quem recebeu ações trabalhistas ou outros valores judicialmente, devem juntar os recibos à do-

cumentação. O contribuinte que tem imóvel a declarar no imposto deve trazer também a escritura definitiva e o carnê do IPTU.

Só é considerado declarante quem se enquadra nos seguintes quesitos:

- Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado;

- Quem obteve, em qualquer mês de 2019, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas (devem solicitar na sua corretora os Informes de rendimentos e as notas de corretagem);

- Quem tinha, até 31 de dezembro de 2019, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil;

- Quem optou pela isenção do imposto incidente em valor obtido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias, contado da celebração do contrato de venda.

- Quem teve rendimento tributáveis igual ou superior a R\$ 28.559,70

- Quem vendeu imóveis e tenha ou não apurado Ganho de Capital

Não deixe para a última hora! Como existe muita procura se o associado deixar para a agendar no final do prazo pode correr o risco de não ser atendido.

FNP pede na Justiça suspensão da cobrança de IR sobre novo PED da Petros

O Sindipetro-LP entrou com pedido de tutela de urgência na Justiça Federal, pedindo a suspensão da cobrança de imposto de renda sobre a contribuição extraordinária que será cobrada no novo Plano de Equacionamento do Déficit da Petros (PED), referente ao déficit 2015/2018. Inicialmente a tutela de urgência foi aprovada pelo juiz do caso, mas posteriormente foi cassada por meio de mandato de segurança pedido pela empresa e deverá ser julgado em breve.

A previsão para aplicação do novo PED é maio de 2020.

O pedido do jurídico do LP repete a ação conjunta com os sindicatos que compõe a FNP, deferida em fevereiro de 2019, que suspendeu a incidência do Imposto de Renda sobre as contribuições extraordinárias do PED. Na ocasião, a juíza deixou claro que a incidência de imposto não se aplicava na taxa extra: “tendo em vista a discordância da natureza jurídica das contribui-

ções vertidas aos planos e previdência complementar e da alegada ausência de fato gerador e de bitributação, uma vez que não há acréscimo patrimonial e nem aquisição de renda a ensejar a tributação, tenho que a decisão deve ser concedida”, concluiu a juíza. Diante disso, o Sindipetro-LP orienta a categoria a declarar no Imposto de Renda a contribuição extraordinária normalmente, ou seja, sem dedução para que o participante não caia na malha fina.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

União da categoria é um importante instrumento para barrar a privatização e retirada de direitos

A privatização do Sistema Petrobrás tem sido a “menina dos olhos” do atual governo. no dia 27 de fevereiro, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco divulgou a venda da plataforma de Merluza, uma das unidades abrangidas pelo Sindipetro-LP.

A venda das unidades da Petrobrás até agora, a preço de banana, ainda é pouco para garantir um retorno rápido às aves de rapina que querem colocar as mãos de uma vez na estatal. Para realizar o “sonho” de ver a Petrobrás privatizada do atual presidente da companhia, os gestores no comando da empresa precisam diminuir passivos retirando direitos ano após ano nos períodos de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a cereja do bolo do



pacote de maldades é acabar com o passivo aposentados e pensionistas, assistidos pela Petros e pela AMS.

Para evitar que isso aconteça, a mobilização da categoria precisa estar coesa, dos trabalhadores da ativa aos aposentados e pensionistas, temos que ficar unidos para evitarmos que um patrimônio nacional seja vendido para o

capital estrangeiro.

Por isso, participe das atividades promovidas pelo sindicato. Graças a essa participação, pudemos avançar na construção de um novo plano de equacionamento, inevitável frente às dívidas da Petrobrás com a Petros e dos maus negócios que as diretorias que se seguiram impuseram ao nosso plano de previdên-

cia, porém menos oneroso para a grande maioria dos assistidos.

A participação voluntária dos aposentados e pensionistas nas mobilizações agrega troca de conhecimento e experiências, algo que só pode ser compartilhado com a convivência, seja nos piquetes, nas assembleias, nos atos puxados pelo sindicato ou em conjunto com outras entidades, em solidariedade aos companheiros de outras categorias, toda ajuda é bem-vinda.

A greve que deflagramos a partir do dia 7 de fevereiro foi a maior desde 1995 mostrou que somente com união podemos fazer uma greve forte e que garanta todos os direitos ameaçados.

Sigamos com esse espírito. Só a luta muda a vida!

PARTICIPE

No próximo dia 26 de março (quinta-feira) assembleia delibera sobre prestação de contas

O Sindipetro Litoral Paulista realiza no dia 26 de março (quinta-feira), com 1ª chamada às 17h30 e 2ª chamada às 18 horas Assembleia Geral para debater e deliberar sobre o

balanço orçamentário de 2019, com a apresentação dos gastos realizados pelo sindicato no ano passado. O pleito acontece na sede do Sindipetro-LP, em Santos, situada na Av.

Conselheiro Nébias, 248 – Vila Mathias – Santos e com transmissão por videoconferência para os companheiros da sub-sede.

Participe!

VENHA BAILAR!

Aulas de dança são opção de lazer e entretenimento gratuito para sócios do Sindipetro-LP

Com o intuito de promover práticas saudáveis, interação entre os associados e proporcionar momentos divertidos entre amigos, todas as terças e sextas no Sindipetro-LP temos aula de dança de ritmos variados.

As aulas acontecem nos dois dias da semana, com duração de duas horas por dia. O horário da atividade é das 19h às 21h.

Podem participar gratuitamente associados e seus dependentes. Não sócios, convidados por associados, pagarão taxa de inscrição de

R\$ 10, no entanto é preciso que cheguem meia hora antes da aula, para preencherem ficha de inscrição.

A atividade visa melhorar a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, homens e mulheres de todas as idades. Não é preciso ter experiência com dança. Durante as aulas serão apresentados variações de danças de salão, como samba, mambo, salsa, bolero e rumba.

A sede do Sindipetro-LP fica na Avenida Conselheiro Nébias, 248, na Vila Mathias.

**NA SEDE, EM SANTOS**

Estão abertas inscrições para vagas remanescentes das aulas de pilates solo

Devido à grande procura, o Sindipetro-LP abriu vagas para os associados e dependentes interessados em participar das aulas de pilates solo, em Santos. As aulas são ministradas as segundas e quartas, das 9h às 10h. À tarde as aulas são as terças e quintas das 16h às 17h.

Para participar das aulas é preciso atestado médico, comprovando a aptidão fí-

sica para os exercícios. O atestado pode ser prescrito por cardiologistas, ortopedistas ou Clínico Geral. Os associados podem contar com a avaliação médica de nosso Clínico Geral, que atende na sede do sindicato todos os dias com horário marcado.

Para agendar um horário com o clínico e/ou reservar sua vaga na aula de Pilates, ligue para (12) 3202 1100.



AÇÕES CONJUNTAS

Jurídico do Sindipetro-LP orienta associados sobre honorários de sucumbência

O Departamento Jurídico do Sindipetro-LP tem se deparado com um problema recorrente – a falta de pagamento dos honorários de sucumbência em ações conjuntas impetradas pelos associados.

Muito associados não têm desembolsado os valores, gerando o bloqueio das contas bancárias de todos os envolvidos no processo mesmo que alguns tenham feito o repasse. Para esclarecer possíveis dúvidas sobre o tema, os honorários de sucumbência são valores fixados para o advogado por imposição de Lei e estão previstos no Código de Processo Civil e no Estatuto da OAB. São fixados pelo juiz da causa em benefício do advogado da parte vencedora do processo, mas não são todos os casos em que isso ocorre.

Os valores são pagos sempre por aquele que for vencido na causa. Pela sistemática adotada pelo Código de Processo Civil de 2015, o juiz é obrigado a fixar os honorários sucumbenciais que a parte vencida terá que pagar para a parte vencedora.

Nas ações onde existam mais de um associado, exis-



tirá a responsabilidade solidária até o pagamento da parte que ganhou a causa. (Previsão Legal CPC 2015). Com a reforma trabalhista, os honorários sucumbenciais da Justiça do Trabalho foram adotados tanto para o empregado como para o empregador, com um mínimo de cinco e o máximo de dez por cento sobre o valor da condenação, ou valor da causa.

Por isso, é importante que os associados do Sindipetro-LP estejam atentos ao desenrolar das suas ações, acompanhando os processos através do nosso site (clique aqui) ou agendando

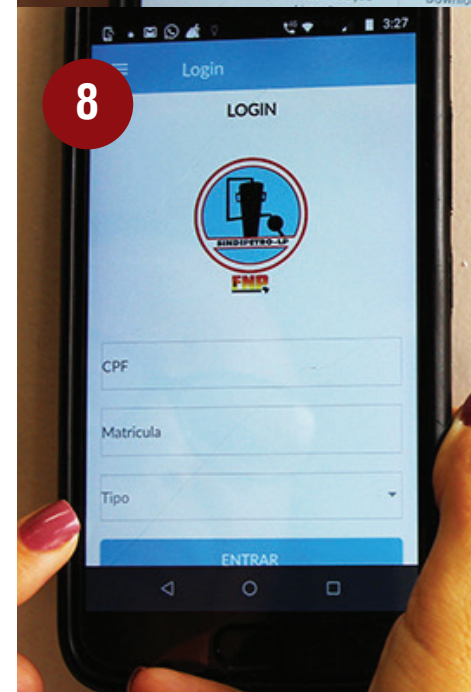
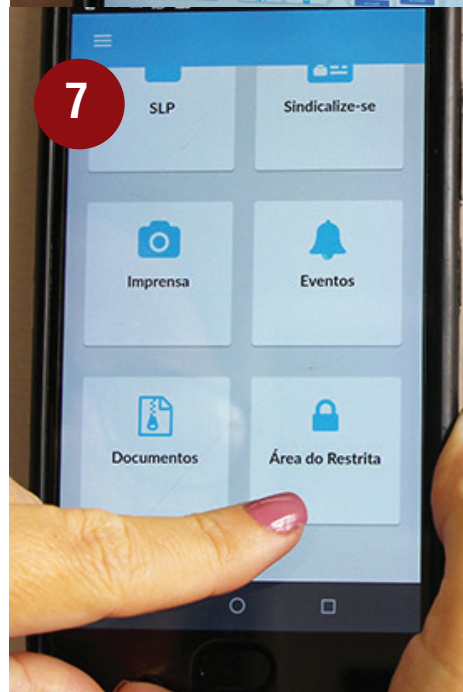
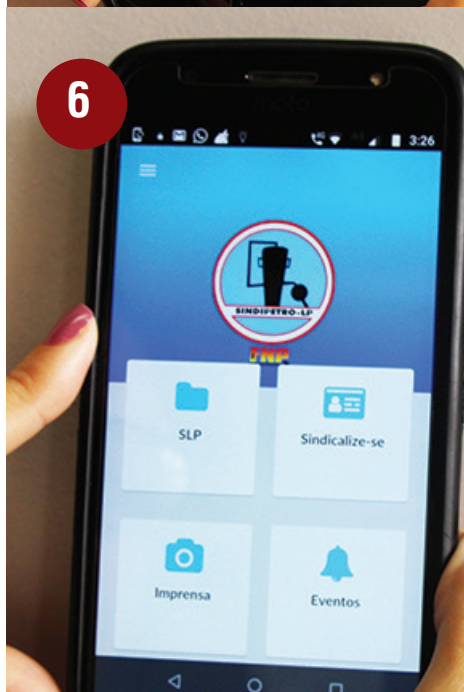
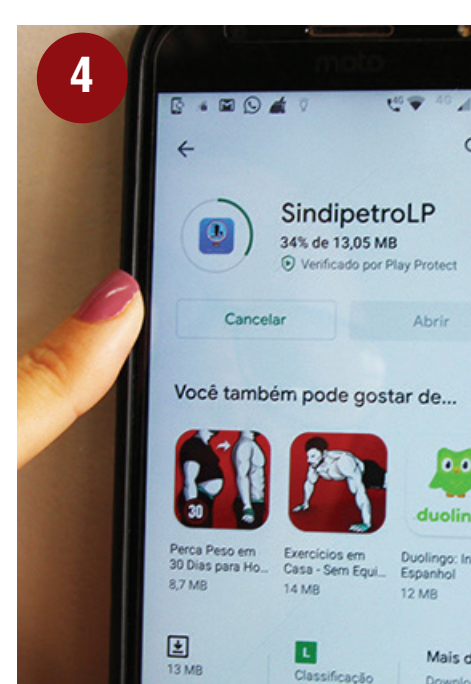
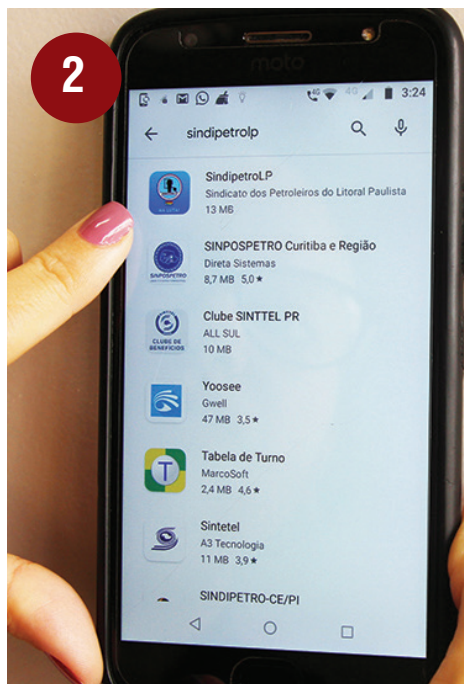
atendimento no Departamento Jurídico pelo telefone (13) 3202 1101. O horário de atendimento é de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e às sextas-feiras, das 8h às 12h, e das 13h às 17h. Para os associados do Litoral Norte o agendamento é feito através do telefone (12) 3892-1484.

Cobranças indevidas

O Sindipetro-LP relembra algumas precauções que o associado deve tomar para não ser vítima de golpes. Nosso atendimento é feito sempre na sede, subsede e Delegacia Sindical do Sindicato. Qualquer ligação que

indique outra forma de atendimento é fraudulenta. Além disso, há outro golpe muito comum: alegando ter valores referentes a ações recebidas na Justiça, golpistas solicitam que o associado faça o pagamento dos supostos honorários inerentes ao processo. Trata-se também de um golpe. Além disso, caso o associado receba alguma intimação de escritório de advocacia, banco, cartório judicial ou extrajudicial, é importante entrar em contato com o Sindicato tendo em mãos o número do processo e nome do advogado/instituição responsável pelo contato.

Instale agora o app do Sindicato em seu celular!



Nossos serviços e notícias na palma da sua mão. Essa é a facilidade que o app (aplicativo) do Sindicato oferece aos petroleiros e petroleiras do Litoral Paulista. A nova ferramenta facilita ainda mais a comunicação entre Sindicato e categoria.

Para instalar é muito fácil: acesse o Google Play ou Ap-

ple Store (veja o passo a passo acima) em seu celular e no campo de pesquisa digite 'sindipetrolp'. Nosso aplicativo estará disponível. Baixe ele. Pronto, basta aguardar o download completo para acessá-lo e usufruir das facilidades disponíveis.

No app o associado poderá atualizar dados pessoais

e dos dependentes, além de agendar atendimento nos serviços oferecidos pela entidade, seja orientação jurídica, consultas médicas/odontológicas e atendimento com nossa psicóloga ou assistente social. Além disso, poderá agendar também o serviço de declaração de Imposto de Renda tanto na

sede como na subsede.

As últimas notícias e boletins também estarão disponíveis. Qualquer dificuldade para instalar o app, ou dúvidas sobre como utilizá-lo, venha até a sede ou subsede do Sindicato. Nossos funcionários estão prontos para compartilhar todas as informações necessárias.